



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Aureliza Corrêa/Esp. CB/D.A Press - 14/6/11



A guinada da Fiesp/ Com a eleição de Josué Gomes da Silva (foto), filho do ex-vice-presidente José Alencar, para presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá um aliado num posto importante. Pior para o centro e para Bolsonaro.

Surpresa geral/ O empate na votação que pretendeu retirar de pauta a proposta de emenda constitucional do voto impresso surpreendeu os defensores da PEC, que acreditavam perder de lavada. Há, porém, uma certeza: a de que não há 308 votos para aprová-la em plenário.

Enquanto isso, no WhatsApp.../ Grupos bolsonaristas começaram um verdadeiro cerco aos integrantes da comissão especial que analisa o voto impresso. A ordem é entupir as caixas de e-mails e redes sociais de cada parlamentar em defesa da PEC.

E as reformas, hein?/ O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), quer ouvir hoje dos líderes como está a construção de consensos em torno da reforma tributária e, ainda, em torno do Código Eleitoral. No caso da tributária, dificilmente terá rolo compressor. O mesmo não se pode dizer em relação ao Código Eleitoral e os retrocessos apontados por várias instituições.

Isso o povo entende

Ao anunciar a prorrogação do auxílio emergencial numa solenidade dentro do gabinete que sequer constava em sua agenda, ficou claro para os setores da política que Bolsonaro deseja ver se reduz o impacto dos áudios atribuídos à ex-cunhada e também ao desgaste já provocado pela CPI.

Isso também

Até aqui, aliados do presidente não tinham visto nada que pudesse arruinar a imagem de Bolsonaro com escândalos de corrupção, nem no caso das vacinas e do contrato da Covaxin, que não foi cumprido dentro do prazo nem tampouco houve pagamento. O episódio das rachadinhas, porém, é diferente: "Sinal amarelo: rachar salário é coisa que está ao alcance do entendimento do povão", escreveu o cientista político Paulo Kramer.

Já era

Ao dar cinco dias para que o senador Omar Aziz (PSD-AM) explique os motivos para o adiamento do depoimento do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR), o ministro Ricardo Lewandowski ajuda a CPI. É que Barros queria depor nesta quinta-feira. Aziz poderá responder ao STF até sábado.

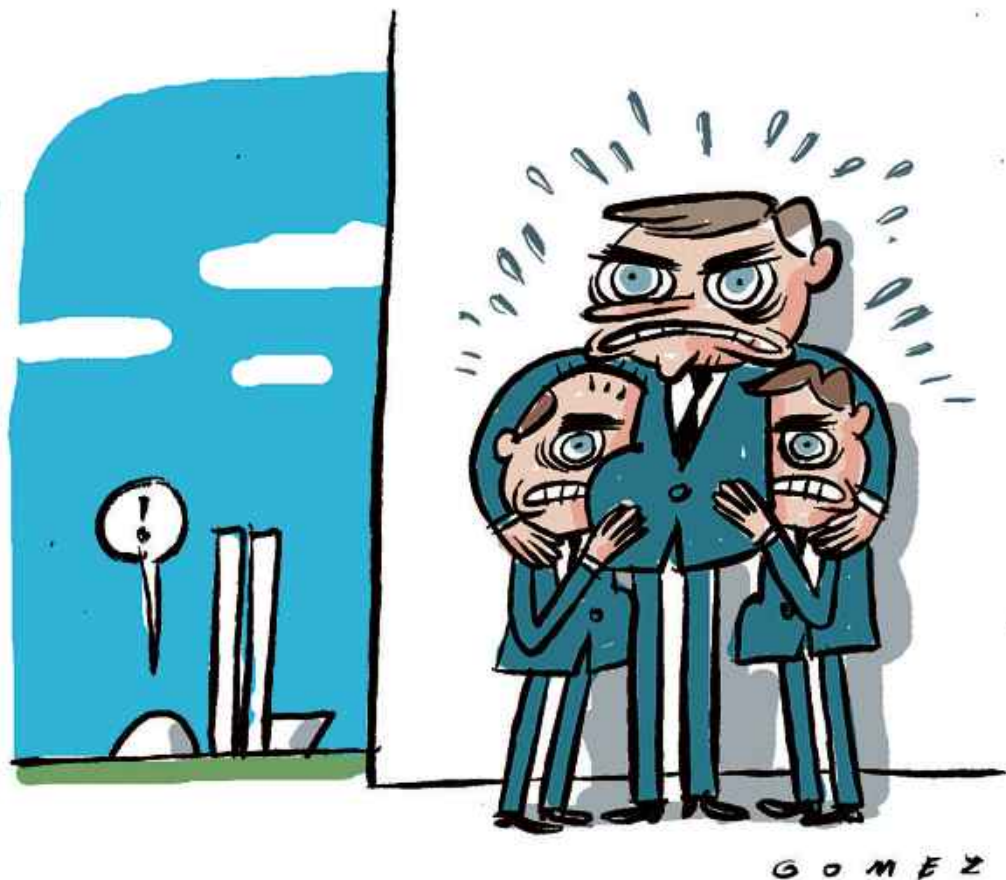
Abre o olho, viu?

O movimento Freio da Reforma, que reúne 33 instituições da sociedade civil, listou 20 retrocessos da reforma do Código Eleitoral em discussão no Congresso. Um desses pontos é o fim da divulgação dos bens dos candidatos. A apreciação das contas partidárias também passa a ser feita por empresas privadas e a prestação dessas contas de gastos de campanha, também. Ou seja, como as campanhas hoje são financiadas com dinheiro público, a transparência na aplicação dos recursos ficará prejudicada.

Pontos frágeis

Se Jair Bolsonaro não pode ser investigado por atos que não dizem respeito ao exercício do mandato presidencial, seus filhos podem. E é aí que a oposição irá com tudo no sentido de tentar apurar as denúncias de supostas rachadinhas registradas em áudios divulgados pelo UOL, atribuídos à fisiculturista Andrea Siqueira Valle, ex-cunhada do presidente.

O primeiro teste desta nova trilha, que promete dar muito trabalho ao governo, virá ainda hoje na CPI da Covid. O relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), já divulgou em suas redes sociais que planeja convocar Andrea para prestar depoimento à comissão de inquérito, algo que o governo não aceitará, porque considera que esse tema não é objeto de investigação do colegiado. A briga ganha cada vez novos contornos.



PODER / Senador Alessandro Vieira protocola pedido de instalação de comissão sobre a rachadinha que, supostamente, o presidente cobrava nos tempos em que era deputado. Já Renan Calheiros quer o tema dentro das apurações da atuação do governo na pandemia

Áudio de ex-cunhada pode dar CPI

» RENATO SOUZA

O senador Alessandro Vieira (Cidadania-ES) protocolou, ontem, o pedido para instalação da CPI da Rachadinha por conta das gravações que vieram à tona, nas quais Andrea Siqueira Valle — ex-cunhada do presidente Jair Bolsonaro — afirma que ele sabia e cobrava parte do salário dos assessores de seu gabinete quando era deputado federal, entre 1991 e 2018. Mas a criação de uma comissão de inquérito para o tema não é consenso, pois há quem queira levá-lo para a CPI da Covid, como é o caso de Renan Calheiros (MDB-AL).

Segundo Vieira, a comissão também investigaria outros acusados de também praticarem rachadinha, pois, para ele, as revelações são graves e precisam ser apuradas. "Os fatos são gravíssimos e exigem apuração. O Senado tem legitimidade e estatura para fazer essa investigação, mesmo em um momento tão difícil da nossa história. Ninguém está

Marcos Correa/PR



Segundo a ex-cunhada, Bolsonaro teria demitido um servidor do gabinete por não devolver parte do salário

acima da lei. Os fatos narrados são graves e exigem apuração imediata. Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará (João 8:32)", provocou, citando o versículo bíblico usado por Bolsonaro com frequência.

Os áudios mostram Andrea contando que seu irmão, André, foi exonerado por Bolsonaro de um cargo de confiança na Câmara. O motivo seria a resistência do ex-servidor em repassar ao então deputado toda a parte

do salário que combinara em troca da nomeação. O esquema configura peculato — desvio ilegal de verba pública por servidor. Andrea é irmã de Ana Cristina Siqueira Valle, segunda ex-mulher de Bolsonaro.



Ninguém está acima da lei. Os fatos narrados são graves e exigem apuração imediata. Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará (João 8:32)"

Senador Alessandro Vieira, provocando Bolsonaro, que utiliza a citação bíblica

Convocação

Já Renan considera "fundamental" a CPI da Covid convocar Andrea, pois quer que ela explique "se houve espelhamento do esquema das rachadinhas no go-

verno federal". Ele também citou o senador Flávio Bolsonaro (Patriotas-RJ) e o vereador carioca Carlos Bolsonaro (Republicanos).

Para o relator da CPI, os dois seriam peças fundamentais nas investigações. O primeiro já foi denunciado pelo Ministério Público do Rio por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa sob acusação de fazer rachadinhas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro quando era deputado estadual. O segundo também é investigado, mas as apurações ainda não geraram denúncia.

Em nota, a defesa de Flávio Bolsonaro classificou as gravações como "clandestinas", mas os áudios estariam nos autos da investigação do MP. "Gravações clandestinas, feitas sem autorização da Justiça e nas quais é impossível identificar os interlocutores não é (sic) um expediente compatível com democracias saudáveis", rebateu. Segundo os advogados do senador, a denúncia é mais um "ingrediente na narrativa que tentam armar contra a família Bolsonaro".

STF rejeita inquérito dos R\$ 89 mil para Michelle

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou o pedido de investigação sobre depósitos realizados por Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador Flávio Bolsonaro (Patriotas-RJ), nas contas da primeira-dama Michelle Bolsonaro. Os magistrados não veem indícios de envolvimento do presidente Jair Bolsonaro com o caso.

Os valores creditados somam R\$ 89 mil, foram realizados entre 2011 e 2016 por meio de pelo menos 27 repasses. A ação foi protocolada no Supremo, no ano passado, pelo advogado Ricardo Bretanha Schmidt. A Procuradoria Geral da

República (PGR) defendeu o arquivamento do caso alegando que não existem fatos relacionados ao presidente e, por isso, não se justifica abertura de investigação da Corte.

Ao pedir ao Supremo o arquivamento da notícia-crime, o procurador-geral Augusto Aras disse que as movimentações financeiras de Queiroz já foram alvo da investigação no Ministério Público do Rio de Janeiro, que não comunicou indícios de crimes envolvendo o presidente ou a mulher dele. Os promotores fluminenses já ofereceram à Justiça uma primeira denúncia no caso. A pri-

meira-dama não tem cargo público ou poder de autoridade — portanto, não tem foro privilegiado.

Sem justificativa

Na avaliação do chefe do Ministério Público Federal (MPF), por enquanto não há elementos capazes de justificar a abertura de uma investigação sobre os cheques na conta de Michelle. "Os fatos noticiados, portanto, isoladamente considerados, são inidôneos, por ora, para ensejar a deflagração de investigação criminal, face à ausência de lastro pro-

batório mínimo", afirmou Aras.

Em decisão monocrática, o relator da ação, ministro Marco Aurélio Mello, já havia negado o pedido do advogado para abertura de investigação. Como houve recurso por parte do autor, o caso foi levado ao plenário da Corte e analisado em sessão virtual.

Marco Aurélio lembrou que o pedido de ação penal, se justificado, deveria ter sido solicitado pelo MPF. "O titular de possível ação penal, o Ministério Público Federal, por meio da atuação do procurador-geral da República, ressalta não haver indícios do co-

metimento de crime", escreveu em seu voto. "Considerada a manifestação do Ministério Público, mediante ato do órgão de cúpula, arquivem", sentenciou o decano.

Além de Marco Aurélio, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Nunes Marques, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber votaram contra a abertura de inquérito, até o fechamento desta edição. O fim do julgamento está previsto para 2 de agosto, data que marca o fim do recesso judiciário. Na apuração que vem sendo feita pelo âmbito do Ministério Público do Rio de Janeiro contra Flavio e Queiroz,

Michelle não figura entre os alvos das diligências até o momento.

O nome da primeira-dama apareceu na investigação das rachadinhas pela primeira vez no final de 2018. Na época, um relatório do antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou as movimentações suspeitas na conta do ex-assessor de Flávio Bolsonaro e listou parte dos depósitos para Michelle, que totalizaram R\$ 24 mil. Na ocasião, o presidente Jair Bolsonaro justificou as transferências como devolução de um empréstimo a Queiroz. (R5)